

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA**

VINÍCIUS REVERSI DE SOUZA

O CONCEITO DE PODER EM MICHEL FOUCAULT

**CAMPINAS
2024**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA**

VINÍCIUS REVERSI DE SOUZA

O CONCEITO DE PODER EM MICHEL FOUCAULT

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à disciplina de Projeto Integrador, do curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Moacir G. Pozzebon

**CAMPINAS
2024**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA
VINÍCIUS REVERSI DE SOUZA**

O CONCEITO DE PODER EM MICHEL FOUCAULT

Julgado e aprovado em 02 / 12 / 2024

Considerações:

Muito bom trabalho, denota capacidade de pesquisa e profundidade filosófica. Nota: Dez.



Prof. Dr. Paulo Moacir G. Pozzebon

Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Orientador

CAMPINAS

2024

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S719c	<p>Souza, Vinícius Reversi de</p> <p>O conceito de poder em Michel Foucault / Vinícius Reversi de Souza. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.</p> <p>46 f.</p> <p>Orientador: Paulo Moacir Godoy Pozzebon.</p> <p>TCC (Bacharelado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Michel Foucault. 2. Poder. 3. Modernidade. I. Pozzebon, Paulo Moacir Godoy . II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais. Faculdade de Filosofia. III. Título.</p>
-------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom inefável da minha vida, por ser sempre o vigilante condutor da minha história. Sem Ti, nada seria possível.

Com um carinho especial, expresso minha profunda gratidão a minha amada mãe, Seila. O amor incondicional que generosamente dispensa a mim, bem como a presença constante e o aconchego seguro que representa em meio às adversidades da vida, são verdadeiramente inestimáveis. Agradeço também a meu pai, Eraldo, que já se encontrando na glória dos céus nunca deixou de cuidar de mim em todos os momentos de minha vida. Agradeço imensamente por todo o apoio que me oferecem. Saibam que meu amor por vocês é imenso!

Minha gratidão sincera a toda a minha família, o apoio de vocês sempre me incentivou e sempre foi fundamental para minha jornada. De modo especial aos meus avós Benedito, Sebastiana e Maria Rosa, os ensinamentos e exemplos de luta na vida, sempre me iluminaram. A todos vocês, minha sincera e calorosa apreciação.

Também desejo expressar minha profunda gratidão aos meus colegas de trajetória no Seminário São José, particularmente aos meus irmãos de turma Mateus e Osmar, com quem partilhei anos de caminhada vocacional. Saibam que as alegrias e desafios da nossa convivência diária desempenharam um papel significativo em minha jornada, proporcionando-me um aprendizado valioso através da partilha de experiências de vida.

A todos os meus amigos que estão sempre presentes e fazem parte importante da minha caminhada vocacional, especialmente meus amigos de turma: Marcos e Fábio, com quem tive o prazer de compartilhar momentos preciosos de alegrias, tristezas, dificuldades, mas de modo especial, sempre muita risada e companheirismo. Agradeço também aos meus amigos que não estudaram comigo, mas que fazem uma parte importante no meu processo de discernimento vocacional, com quem pude compartilhar momentos de alegrias, tristezas e que foram essenciais para mim: Diego, Giuliano, Marcos, Clayton, Guilherme, Gabriely, Leonardo e Carla. Obrigado pela presença de vocês em minha trajetória.

Finalmente, estendo minha sincera gratidão a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão deste importante passo em minha jornada acadêmica. Que Deus recompense a todos vocês!

RESUMO

Michel Foucault, um homem de múltiplas experiências culturais, como medicina, filosofia, psicologia e história, se constitui um grande pensador que se interessou muito pelos acontecimentos de seu tempo e a partir deles desenvolveu sua filosofia, interpretando as relações de poder presentes na sociedade desde os tempos antigos até a modernidade, onde se tem presente o poder disciplinar. Entendendo o poder como relação, Foucault foi capaz de falar do poder nos diversos âmbitos, além de poder afirmar que o poder não é concentrado, mas perpassa todos os níveis da sociedade. Esse trabalho visou, a partir do estudo das obras *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* e *Microfísica do poder*, discorrer mais sobre essa compreensão de Foucault sobre o conceito de poder.

Palavras-chave: Michel Foucault, Poder, Modernidade

ABSTRACT

Michel Foucault, a man with multiple cultural experiences, such as medicine, philosophy, psychology and history, was a great thinker who took a keen interest in the events of his time and developed his philosophy from them, interpreting the power relations present in society from ancient times to modern times, where disciplinary power is present. By understanding power as a relationship, Foucault was able to talk about power in various spheres, as well as stating that power is not concentrated, but permeates all levels of society. By studying the works *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* and *Microfísica do poder*, this work aimed to shed more light on Foucault's understanding of the concept of power.

Keywords: Michel Foucault, Power, Modernity

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FOUCAULT E O PODER.....	14
2.1 Compreensão sobre o poder	16
2.2 Atuação do poder.....	18
2.3 Relação entre poder e saber.....	19
2.4 Genealogia do poder	20
2.5 Síntese do capítulo	22
3 AS MUDANÇAS NA INTERPRETAÇÃO DO PODER.....	24
3.1 Percurso de desenvolvimento do poder pastoral	24
3.2 Desenvolvimento e atuação do poder pastoral.....	26
3.3 O papel do pastor.....	30
3.4 A importância do poder pastoral	31
3.5 A repercussão do poder na modernidade.....	32
3.6 Síntese do capítulo	34
4 PODER DISCIPLINAR.....	35
4.1 Disciplina	35
4.2 Controle dos corpos dos indivíduos	40
4.3 Panoptismo.....	42
4.4 Síntese do capítulo	44
5 CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Michel Foucault (1926-1984) é um filósofo de grande influência no pensamento filosófico do século XX. O autor foi um dos precursores de um movimento crítico que propunha um novo modelo filosófico.

O modelo que estava presente na época em que Foucault se encontrava, reconhecia como filósofo apenas aqueles pensadores que se detinham os grandes temas da filosofia, tais como: a metafísica e a epistemologia. Foucault propõe que o verdadeiro filósofo é aquele que se envolve com os mais relevantes assuntos e problemas observados na sociedade, devendo-se evitar uma filosofia preocupada com assuntos apartados da vida das pessoas (NORBERTO, 2023).

Esse modelo que tem como base a construção de investigações filosóficas partindo de lutas do presente é o mesmo utilizado por Nietzsche e que tem o nome de genealogia. A genealogia do poder, empregado por Foucault, visa reforçar a exposição que ele fez em outros momentos de estudo, descrever o histórico de lutas e o conhecimento das memórias locais (FOUCAULT, 2023, 11-12).

As revoltas estudantis e prisionais que eclodiram em sua época tiveram um grande impacto sobre seu pensamento. Tais movimentos fizeram com que Foucault começasse a pensar, primeiramente na vida destes mesmos prisioneiros e como são tratados e, como consequência disso, volta sua reflexão para como as relações de poder agem no sistema prisional. A partir disso, ele vê implicações que são comuns nas relações de poder, nos vários âmbitos da sociedade (CASTRO, 2023).

Em suas obras, ele não procura definir o conceito de poder, mas comentar as formas de como ocorre o funcionamento do poder, e com isso nós temos uma linha de suas obras que tem como foco a reflexão sobre o governo dos corpos dos indivíduos e populações. Dentro desses meios de governo do corpo, podemos destacar alguns estudos sobre os dispositivos disciplinares, além de comparações entre os modelos punitivos para poder mostrar como evoluíram tanto a mentalidade que se tinha de punir o corpo como uma atitude que gera obediência, para uma atitude de privação de liberdade para controlar os indivíduos (CASTRO, 2023).

Para dar início à discussão acerca dessas relações, deve-se primeiramente entender que em suas obras, como afirmado acima, o autor não formula uma teoria geral do poder e nem o entende como sendo algo no sentido de uma propriedade que tem fundamento em um lugar

específico, que alguém o possui. Todavia, ele entende o poder como sendo algo que se exerce, a partir de práticas ou relações na estrutura social (MACHADO, 2023, p. 17).

Tendo isso em mente, Foucault também apresenta um panorama sobre como essas relações de poder foram sendo exercidas durante os séculos e como elas se desenvolveram, mas deixando certos traços como herança, pois como será apresentado, essas relações se desenvolvem mediante ao contexto histórico da época. É nesse contexto que se encontra o problema investigado nesse trabalho, pois a partir do exposto por Foucault e seus comentadores, pretende-se mostrar como ele entende o poder e seus funcionamentos. Com isso, procura-se responder as seguintes perguntas: Como são abordadas as implicações do poder nas instituições, depois que o poder disciplinar passou a ser vigente na sociedade moderna? A partir de quais meios o poder age na sociedade? O que pretende o poder disciplinar?

Vemos em seu pensamento que ele é baseado numa arqueogenealogia para explicar o poder e assim sendo, quando analisamos o contexto histórico no qual ele viveu, vemos que alguns fatores contribuíram para que sua reflexão seguisse por esse caminho, em que ele passa de uma arqueologia do saber e vai para genealogia do poder como, por exemplo, as revoluções nas prisões francesas, tumultos nas universidades e outros eventos que fizeram a França passar por momentos conturbados. (NORBERTO, 2023). Contudo não podemos entender que Foucault tenha divisões marcantes de modo que depois de fazer reflexão sobre uma temática, passe para a outra e não fale mais do mesmo termo, mas eles se comunicam, de modo que a discussão sobre o saber não está separada das análises do poder, assim como o saber e o poder são essenciais nos trabalhos sobre subjetividade (SOUZA, 2006, p. 14).

É perceptível um pouco dessa mudança quando Foucault foi convidado ao Collège de France, em 1970, em que sua obra pode passar a ser dividida em três partes, uma dedicada a genealogia do poder e suas figuras, nas quais temos análises à biopolítica e explicações de como, a partir da Idade Média, o poder passou a ser sobre o governo da vida dos homens; outra parte dedicada à História da Sexualidade, que temos presente a ética do cuidado de si, que encontra nos modelos de cuidado da alma e do corpo tanto da tradição grega como dos primeiros cristãos; e por fim, os cursos do Collège, os quais foram publicados postumamente (CASTRO, 2023).

Para o presente trabalho, interessa os estudos que Foucault elabora sobre o poder e para que o entendimento fique claro a respeito do modo como ocorrem as mudanças na interpretação do poder, Márcio Costa (2007) comenta que Foucault apresenta a ideia de que em territórios das sociedades antigas, como o Egito, Assíria, Babilônia e Judeia existia uma forma

de poder que é chamado por ele de poder pastoral, que consiste em um poder que tem como ponto de partida a autoridade do pastor. Esse poder foi incorporado e adaptado no Cristianismo, fazendo com que nele, essa relação se desenvolvesse e nascesse a disciplina. Essa relação de poder tem como ponto base suas técnicas individualizantes. Mais tarde, essas técnicas serão absorvidas pelas instituições que não são ligadas à Igreja e que vão promover uma transformação da sociedade e gerar a sociedade disciplinar.

É importante ressaltar que além da base do poder pastoral, ele também tem uma mudança no modo como o poder exerce o controle no corpo, que passa da decisão de controle entre a vida e a morte e vai para o controle da utilidade do tempo do criminoso (FOUCAULT, 2014, p. 14).

Também faz parte da compreensão das relações de poder, o fato de que Foucault não entende o poder somente no sentido negativo, mas vem salientar que se o poder fosse só uma força repressiva, ele não seria obedecido, mas o que ainda o mantém aceito na sociedade é sua capacidade de agir não somente como uma força que só diz não, mas antes, de ser uma força que permeia, produz coisas, leva ao prazer, constrói um saber e produz discurso. Ou seja, uma força produtiva que envolve todo corpo social (FOUCAULT, 2014, p. 14).

No que consta à sociedade disciplinar, Foucault faz uma reflexão sobre o poder, mas tendo como ponto de partida a punição e os suplícios manifestados pelos regimes de poder nas diversas instâncias, afirmando que nelas, o poder disciplinar é exercido de modo a sujeitar os corpos à manipulação e transformação visando a eficácia, um corpo útil. Nessa visão, ele esclarece que o poder disciplinar é um mecanismo de docilização e adestramento das pessoas. (SOUZA, 2018, p. 20-22). Como é afirmado na bibliografia base do trabalho “o poder disciplinar não destrói o indivíduo, ao contrário, o fabrica. O indivíduo não é outro do poder, realidade exterior, por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos” (MACHADO, 2023, p. 25).

Como explicado por Roberto Machado (2023, p. 21), a disciplina não é um aparelho de controle, mas são técnicas que dão a possibilidade de controle das operações do corpo e da sujeição constante, de modo que crie um homem necessário para o funcionamento e manutenção da sociedade.

Essas técnicas de controle geram um novo homem, moldado por elas e individualizado, como mostrado por Roberto Machado (2023, p. 26):

O adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulamentação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo

de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, objeto de saber.

Para que se desenvolva esse projeto, serão utilizadas como base as obras “Microfísica do poder” (2023) e “Vigiar e Punir: nascimento da prisão” (1940). Sendo a primeira obra, uma obra póstuma organizada por Roberto Machado que compreende uma reunião de conferências e artigos nos quais Foucault abordou diretamente ou indiretamente sobre a temática do poder. A segunda obra compreende uma autoria do próprio Foucault, em que ele discorre / aborda sobre como o poder atua no sistema prisional, como ocorreu uma mudança no modo de atuar. Juntamente com essas obras, serão utilizados artigos que possam auxiliar no entendimento e aprofundamento desses temas.

A justificativa pessoal pela qual o tema foi escolhido consiste no fato de que muitas vezes nos vemos inseridos em uma estrutura de sociedade em que parece nos cobrar cada vez mais sermos produtivos, rendermos muito, como se fôssemos máquinas e a tecnologia aparece para ajudar, mas ao mesmo tempo nos leva à sensação de que estamos constantemente vigiados, perseguidos. Justamente neste contexto entra meu interesse por Foucault, pois vejo nele uma forma de ler certos lugares e comportamentos e entender melhor onde estou e porque determinado lugar ou situação leva as pessoas a se sentirem pressionadas ou vigiadas, por exemplo.

A justificativa acadêmica vem do fato de que, no âmbito filosófico, Foucault foi um dos contribuintes para que surgisse no nosso tempo um novo tipo de filósofo, mais imerso no mundo, mais comprometido com o tempo, sem necessidade do conhecimento universal. Nessa nova concepção, o refletir distante deu lugar para uma reflexão mais pontual no presente, dando uma nova ligação entre teoria e prática, em que o filósofo busca fazer vir ao conhecimento as contradições que se encontram escondidas na consistência aparente da vida.

Assim sendo, no âmbito acadêmico, Foucault tem grande importância e suas obras políticas ainda têm muito a oferecer para o entendimento das instituições e como elas atuam na vida das pessoas, além de ver como ele nos apresenta a sua ideia de mudança da atuação do poder, fazendo com que entendamos melhor a realidade em que vivemos.

O presente trabalho também tem uma importância nos dias atuais, tendo em vista o mundo em que vivemos, onde podemos destacar a visão de Foucault como muito oportuna para lermos a realidade em que estamos inseridos, assim como ele fez em suas obras, olhando desde a mudança do tratamento com os prisioneiros até mesmo fazendo um paralelo entre o sistema usado com os prisioneiros com outras instituições, como a escola.

A partir do apresentado no pensamento de Foucault, podemos ver que as diversas instituições podem se encaixar nos paralelos que Foucault apresenta, além de levar à compreensão dos diversos meios de controle que elas nos impõem. Justamente por isso o tema é importante para a realidade atual e necessário que seja discutido.

No âmbito da atualidade esses problemas são expostos, por exemplo, no projeto de extensão da Faculdade de Ciências Econômicas da PUC Campinas, realizado no ano de 2023, em que se procura, por meio do subsídio das ações institucionais com intuito da promoção do desenvolvimento socioeconômico do estudo das estruturas produtivas, colocar atividades contínuas de coleta, organização e análise de dados, apoio técnico na formulação, implementação e análise das políticas públicas e desenvolvimento de parcerias estratégicas. Esse projeto pretende dar continuidade no desenvolvimento da construção do Índice de Desenvolvimento Humano Integral (IDHI) e tem como meio de ação a participação do público na coleta e sistematização de dados, produção e divulgação de estudos informativos.

Assim, como o projeto procura o desenvolvimento das estruturas produtivas, Foucault procura ver no poder, não uma estrutura ruim que aliena as pessoas, mas propõe ver sem o juízo de moral, apenas como uma estrutura que emprega uma tecnologia política a fim de garantir que o corpo seja força de trabalho.

Por fim, como hipóteses que se procura tirar desse trabalho é a de que a forma como o poder era exercido sobre o povo mudou, pois antes era por meio de punições do corpo, mas depois passou-se para uma restrição da liberdade, que ele entende como punição da alma. Isso também passou a refletir nas instituições que passaram a usar desses mecanismos de controle; também que o poder disciplinar visa a educação de pessoas para que elas obedeçam as que são designadas a governar. Por fim, ver o poder não somente como algo negativo, como era visto anteriormente, mas como um modo que faz com que se tenha maior produtividade e maior obediência às instituições.

2 FOUCAULT E O PODER

Ao pesquisarmos o poder em linhas mais gerais, o poder pode ser definido como a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (BOBBIO, 1998, p. 933). Mas ao pesquisarmos em linhas políticas como a “habilidade de impor uma vontade sobre os outros, mesmo que enfrente resistência. É algo que vem de uma esfera superior e penetra numa camada inferior, geralmente dominada e comandada pelos que detém o poder” (BRIGÍDO, 2018, p. 58).

A filosofia também dá uma contribuição para o entendimento desse poder e várias fases da sua história, mas em Foucault, temos uma abordagem diferente das encontradas nas diversas fases da filosofia e nos âmbitos políticos, pois nele temos um poder que não se pode localizar em uma instituição determinada, mas como relação de forças (BRIGÍDO, 2018, p. 59).

Conforme mencionado, Foucault não formulou uma teoria do poder, se por teoria nós entendemos uma exposição sistemática. Contudo, Edgar Castro (2009, p. 323) vai afirmar que “o que encontramos é uma série de análises, em grande parte históricas, acerca do funcionamento do poder. Apesar disso, é possível oferecer uma reconstrução articulada dessas análises”.

Como Roberto Machado (FOUCAULT, 2023, p. 16-17) vai explicar na sua obra *Microfísica do poder*, Foucault toma certos cuidados ao fazer essas análises, como por exemplo, evitar fazer o que ele chama de uma análise descendente, a qual pressupõe ver o poder partindo do Estado e verificar até onde ele se prolonga, nos escalões mais baixos da sociedade.

A sua rejeição contra esse modelo vem do fato de que esse modo de ver o poder, pode nos levar a pensar que o Estado constitui o órgão central e único de poder, ou ainda que a rede de poderes da sociedade não passaria de uma extensão dos efeitos do Estado. (FOUCAULT, 2023, p. 16) O seguinte parágrafo bem explica o modelo que ele pensou:

O poder não deve ser analisado em seu centro, ou seja, na diretoria de uma empresa, em seu presidente, mas sim onde o poder se distribui e ramifica, onde ele é capilar. Assim, ao invés de preocupar-se em descobrir onde o poder está localizado, deve-se captá-lo na extremidade, na periferia das relações sociais. Isto não significa que o poder encontra-se localizado nessa periferia; contudo é nela que as forças apresentam-se mais heterogêneas, difusas, não estando ainda direcionadas pelas instituições e, conseqüentemente, homogeneizadas. É na periferia que o poder pode ser analisado de forma a se observar a diversidade das forças atuantes em uma organização (SOUZA, 2006, p. 15)

A fim de evitar esse método ele propõe um modo inverso de procedência, de modo que se analise primeiro como esses micropoderes têm relação com o nível mais geral do poder, que consiste no Estado. Ele chamará de uma análise ascendente, a qual irá estudar o poder não como forma de dominação global e centralizada que vai ter formas próprias de existência e formas específicas (FOUCAULT, 2023, p. 16-17).

Juntamente com essa ideia, a análise ascendente também ajuda a entender que os poderes não estão localizados num ponto específico da estrutura social, mas atuam de modo parecido com uma rede de dispositivos que não deixa ninguém escapar, de modo que eu não posso ser detentor de um poder (FOUCAULT, 2023, p. 16-17). As relações de poder são continuamente inconstantes e em mudança (TAYLOR, 2018, p. 15).

Por isso mesmo é que para se achar as intenções do poder, é necessário ir para as práticas sociais e compreender o poder na relação direta com o objeto, pois é o local onde ele se aplica e produz seu efeito. Não podemos procurar entender a intenção que um sujeito tem ao exercer o poder, mas estudar como foi constituído, quais as forças e condições que permitiam o domínio sobre os outros poderes e suas multiplicidades (SOUZA, 2006, p. 15).

Também é discutido que o poder não pode ser entendido como um mecanismo somente repressivo, uma vez que ele não procura destruir a vida dos homens, mas busca administrá-la, controlar suas ações para que possa usar deles ao máximo, nas suas potencialidades e usando de um sistema que seja possível aperfeiçoar gradualmente (FOUCAULT, 2023, p. 17).

Para Foucault, o poder objetiva gerir e organizar a vida das pessoas, controlar suas reações, aprendizagem a fim de docilizá-las, adestrá-las, usar uma forma constante de aperfeiçoamento das capacidades humanas para tirar o maior proveito (SOUZA, 2006, p. 21).

Foucault, para poder analisar os acontecimentos presentes e, a partir deles, fazer uma investigação histórica, a qual ele chama de genealogia, adotou um procedimento de Nietzsche e que tem dois principais eixos:

[...] a pesquisa da providência e a pesquisa de emergência. O primeiro busca enxergar não uma origem, mas o tronco de uma raça, porém não percebendo esse como único, mas como múltiplo, móvel, desunido, heterogêneo. O segundo eixo, complementar ao anterior, é a pesquisa da emergência [...] a evidenciar as lutas que fizeram com que determinado valor, grupo, ideal, se apoderasse e dominasse os outros, impondo sua lei sobre os demais. (COSTA, 2007, p. 83)

Por isso mesmo que Foucault também propõe ver o poder a partir de uma realidade positiva, pois ela é geradora de individualidade e para que isso aconteça e o poder exista, ele não pode ser somente uma manifestação de um consenso e nem mesmo de uma renúncia de

liberdade. O poder deve ser exercido sobre sujeitos livres, que tenham sempre um campo de possibilidade de várias condutas (CASTRO, 2009, p. 325-326).

Por liberdade, Foucault vai entender como uma prática que empreendemos e não um estado que ocupamos, pois ela consistiria no ato de navegar nas relações de poder a fim de mantê-las abertas e dinâmicas, assim permitindo o desenvolvimento de modos alternativos de pensamento e existência (TAYLOR, 2018, p. 14).

2.1 Compreensão sobre o poder

Foucault observa que as formulações que se tinha sobre o poder até então eram, em sua maioria, estudo sobre o poder ligado à economia e, para ele, não se podia fazer uma análise reduzida a esse único ponto (SILVA, 2016, p. 146).

Foucault faz uma análise das elaborações jurídicas e marxistas e afirma que ambas situam como fundamento último do poder a economia, de modo que ele pode afirmar que existe um economismo de base tanto para a concepção jurídica e liberal, quanto para a concepção marxista (SILVA, 2016, p. 146).

[...] no caso da teoria jurídica clássica, poder é concebido como um direito, que alguém é capaz de possuir como uma mercadoria, e que se pode conseqüentemente transferir ou alienar, no todo ou parcialmente, por meio de um ato legal ou de algum ato que estabelece um direito, tal como ocorre numa cessão ou contrato. Poder é o poder concreto que todo indivíduo possui e cuja cessão parcial ou total habilita o poder político e a soberania a serem estabelecidos. Essa construção teórica é essencialmente baseada na ideia de que a constituição do poder político obedece ao modelo de uma transação legal que envolve um tipo contratual de troca (daí a clara analogia, que perpassa todas as teorias, entre poder e mercadorias, poder e riqueza). (FOUCAULT, 1980^a, p. 88 apud SILVA, 2016, p. 146)

No que tange à formulação marxista do poder, ele afirma ter uma funcionalidade que é inerente e econômica no modo de conceber o poder (SILVA, 2016, p. 147).

Essa funcionalidade econômica revela-se na medida em que o poder é concebido primeiramente em termos do papel que desempenha simultaneamente nas relações de produção e de dominação de classe que o desenvolvimento e as formas específicas das forças de produção tornaram possível. Nessa visão, então, a *raison d'être* do poder político deve ser buscada na economia. (SILVA, 2016, p. 146 apud FOUCAULT, 1980^a, p. 88-89)

Em ambos os casos pode-se identificar o fundamento do poder na economia, mas para ele não é possível a identificação do poder como sendo sempre subordinado à economia e nem

se pode colocar o poder nos moldes de mercadoria, mesmo quando as relações de poder estão ligadas com as relações econômicas (SILVA, 2016, p. 146).

Então Foucault vai procurar formular uma teoria que vai se encontrar fora desses modelos enviesados e por isso ele vai afirmar que o poder não pode ser dado e nem trocado, mas é exercido e só pode existir por meio da ação (SILVA, 2016, p. 147-148).

Contrapondo os outros dois modelos, ele também vai afirmar que o poder não é manutenção de relações econômicas, mas é relação de força, de modo que se possa resumir como essencialmente aquilo que reprime, tanto a natureza como os instintos, as classes e os indivíduos (SILVA, 2016, p. 148).

Estudando mais, Foucault chega a postular dois modos de estudo do poder, sendo o primeiro o esquema de contrato-opressão, que é jurídico, e o esquema dominação-opressão, na qual a oposição que se faz vigente é entre luta e submissão e tendo passado pelos dois modos de análise, ele chega a relacionar os mecanismos de poder a dois pontos de referência, sendo o primeiro o fato de que as regras do direito fornecem uma delimitação formal do poder. O segundo ponto é a afirmação de que os efeitos da verdade que esse poder produz e transmite reproduzem esse poder (SILVA, 2016, p. 150-151).

Outro fator importante e ligado à compreensão do poder é o entendimento sobre a presença da resistência sempre onde houver poder. A forma pela qual a resistência se manifesta é tanto pelas lutas e combates e Foucault defende que elas têm que ser entendidas como sendo aquelas que procuram defender o poder (CASTELO BRANCO, 2001, p. 242).

Esse tema da resistência, tratado acima, ganha tanta importância, que em sua última fase, ele começa a entendê-las como uma nova economia das relações de poder, pois tudo se liga a estratégias móveis e que transformam. Esse tema entra em discussão pelo entendimento de que só pode haver relações de poder em sujeitos livres e por isso, tem perante eles, várias possibilidades de condutas e reações (CASTELO BRANCO, 2001, p. 243).

Quando temos reações contra o poder, elas podem ser desde o campo de afrontamento e resistência ao poder e seus excessos, lutas contra formas de exploração e lutas referentes ao estatuto do indivíduo, que são várias formas de subjetividade e submissão (CASTELO BRANCO, 2001, p. 245).

Entre elas, ele dá maior contribuição para o pensamento da época com a luta pela individuação, pois são lutas mais potentes contra as tecnologias de poder que a sociedade ocidental pode produzir nos últimos séculos. Ele afirma que essas lutas são principalmente contra o aparelho e técnicas desenvolvidos para conhecer, dirigir e controlar a vida dos

indivíduos, suas maneiras de sentir, avaliar e pensar. Essas técnicas de individualização e normalização querem conhecer a consciência da pessoa, procurando dirigi-las (CASTELO BRANCO, 2001, p. 245-246).

Contra esse poder é que as lutas de resistência contra a individualização, são lutas para autonomia e emancipação e para que obtenham êxito, elas precisam ser de um trabalho contínuo e sem descanso, um trabalho que busca confrontar os processos de autonomização contra as técnicas de individualização e normalização (CASTELO BRANCO, 2001, p. 246).

Foucault ainda vai afirmar que o ponto máximo que essas lutas de resistência podem chegar é o do autogoverno dos indivíduos livres e autônomos, uma autonomia que vai depender somente do grau de autonomia e liberdade de cada um dos membros da comunidade e sociedade (CASTELO BRANCO, 2001, p. 247).

Outro fato explicado por Foucault é o de que as lutas de resistência que procuram liberdade, se definem como lutas anárquicas, pois não procuram um inimigo número um, mas um inimigo imediato (CASTELO BRANCO, 2001, p. 247).

2.2 Atuação do poder

A atuação do poder está presente em toda a história, pois de acordo com Foucault, toda a sociedade, mas principalmente a contemporânea, está repleta de várias relações de poder, as quais constituem o corpo social e que não tem como se estabelecer sem produzir alguma verdade. Essa relação entre poder e verdade é tão grande que não se pode exercer o poder sem a produção da verdade e não se pode produzir verdade sem o poder (SILVA, 2016, p. 151).

Entendendo o poder não enquanto algo que se possui, mas como algo que se exerce e que não pode ser visto como uma realidade negativa, mas positiva, enquanto fabricante de individualidade. De modo que a melhor figura que poderia descrever o poder, seria uma rede (CASTRO, 2009, p. 325-326).

Deste modo os poderes estão localizados em diferentes níveis e pontos da estrutura social e por isso podem existir ligados ou não ao Estado, pois os poderes periféricos não foram criados pelo Estado, mas estão reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho central (FOUCAULT, 2023, p. 15).

Essa afirmação mostra que as transformações do poder não estão ligadas necessariamente às transformações do Estado, uma vez que Foucault entende o Estado como

um instrumento específico de um sistema de poder que não se localiza só nele, mas o ultrapassa (FOUCAULT, 2023, p. 15).

As relações de poder que foram postas pelas instituições como escolas, quartéis, prisões, foram todas marcadas pela disciplina, pois a mesma traz consigo uma forma específica de punir e por meio dela é que se estabelecem as relações de poder. É através da disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis (FERREIRINHA, 2010, p. 371).

Se tem a atuação do poder também na subjetividade, como ele vai desenvolver na sua genealogia, a subjetividade molda, desmolda e dobra o homem a todo o tempo, construindo sua subjetividade. Aqui, entretanto, precisa-se tomar cuidado para não olhar a subjetividade pelos conceitos psicanalíticos, pois os mesmos enxergam o homem como um ser que tem subjetividade própria e íntima, como algo fechado de cada pessoa e isso é um erro grave. No pensamento de Foucault, o indivíduo se forma a partir de um fluxo de forças que o perpassam e transpassam, que vão constituir o homem e sua subjetividade. “Portanto, valores que os homens pensam serem particulares de cada indivíduo são estabelecidos pelas forças que o constituem.” (SOUZA, 2006, p. 16).

2.3 Relação entre poder e saber

Para Foucault tem-se presente uma relação entre poder, direito e verdade, de modo que ele coloca a figura de um triângulo em que cada um desses itens se encontra em seus vértices. A relação que se estabelece entre o poder e o direito é visível no modo como a sociedade vai se movimentar, de modo que se há rei, há súditos, mas se há lei, há quem determina a lei e quem obedece a lei. A relação do poder com a verdade vem na representação do poder na forma de uma verdade através de discursos que a verdade produz, ou pelo movimento que torna o poder vitimado pela própria organização que a detém, às vezes sem consciência e reflexão (FERREIRINHA, 2010, p. 370).

Portanto podemos entender que a verdade está profundamente ligada ao sistema de poder de modo que ela o sustenta. Ela não pode existir fora do poder ou sem poder, ela é deste mundo e produzida nele, além de gerar nele efeitos regulamentados de poder. Desse modo, cada sociedade pode ter sua própria verdade, como explicado no trecho:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele, graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como

verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2004, p. 12 apud BRÍGIDO, 2018, P. 69)

É necessário o entendimento de que todo conhecimento vem das condições políticas e das relações que formam o sujeito, além da sua positividade e seus domínios de saber, por isso não se tem um saber neutro, mas todo saber tem sua invenção nas relações de poder. Justamente por esse motivo, as relações de saber não podem ser analisadas pelos tipos de consciência, percepções e ideologias, mas sim por meio de estratégias de poder (SOUZA, 2006, p. 16-17).

Por consequência da relação entre saber e poder é que se tem a possibilidade de ligar o conhecimento com as memórias locais, permitindo um saber histórico de lutas e uso desses saberes nas táticas atuais (SOUZA, 2006, p. 21).

Apesar de estarem interligados um com o outro, eles têm diferenças muito grandes, uma delas consiste numa diferença de natureza, pois o poder não passa em formas, somente em forças, enquanto o saber fala de matérias já formadas e funções formalizadas e regulamentadas. O saber é estratificado, classificado, arquivado, enquanto o poder é entendido como diagramático, pois as relações de forças são difusas, estratégicas e singulares (SOUZA, 2006, p. 22).

Assim sendo, podemos entender que Foucault vê o poder como um exercício, enquanto o saber, vê como uma norma ou regulamento. A partir disso vemos que o saber integra o poder, canaliza suas diversas relações, de modo que não se tenha no saber uma experiência completamente nova, pois o visível e o enunciável estão sempre ligados com as relações de poder que eles mesmos atualizaram (SOUZA, 2006, p. 23).

2.4 Genealogia do poder

O conceito de genealogia que Foucault utiliza foi constituído a partir do mesmo conceito em Nietzsche e por isso tem que se entender o pensamento genealógico para entender como funciona seu pensamento (SOUZA, 2006, p. 16-17).

É importante ressaltar que a genealogia não começa com Nietzsche, mas ele se interessou por esse tema ao investigar os psicólogos ingleses, principalmente de Paul Réé. Mas a genealogia de Nietzsche não concorda com a inglesa, pois defende a descontinuidade da história, a qual diz que a mesma não é formada por um encadeamento de signos que se sucedem (SOUZA, 2006, p. 17).

A genealogia que ele propõe em nenhum momento procura a origem, pois a partir do momento em que formos procurar a origem na história, iremos assumir que existem uma essência ou uma verdade que se espera ser encontrada. O caminho da genealogia é outro, ao não procurar acúmulo de fatos, mas conjunto de acidentes e acontecimentos, fazendo com que a pesquisa não fique completamente unida, mas agite e fragmente o que estava unido (SOUZA, 2006, p. 17).

Ao contrário das filosofias que se basearam em metafísica, a genealogia de Nietzsche não postula haver verdade ou valores para serem perseguidos ou buscados, mas para ele a verdade é consequência da relação de forças, de embate, guerras, enfim uma construção histórica que está em constante mudança. Entender a vida como embate é pensar que ela se constitui numa relação de forças que constantemente busca dominar outras e como consequência disso se entende que o papel principal da genealogia é avaliar qual conjunto de forças produz um certo valor e qual direção este valor dá à vida (SOUZA, 2006, p. 17).

Portanto, podemos resumir o ponto principal da genealogia da seguinte maneira:

Assim, para a genealogia a história é feita de rupturas, discontinuidades. A ideia de que a história é algo contínuo, que sempre tende para o progresso, de que existe uma origem a ser descoberta e em cuja origem pode-se encontrar a essência do homem, toda a sua pureza, sua perfeição, enfim, tudo o que prega a metafísica socrático-platônica, é para o genealogista mera ilusão. (SOUZA, 2006, p. 19)

Outra diferença importante no que diz respeito à genealogia, consiste na diferenciação entre o estudo sobre o saber e a analítica do poder. O primeiro analisa as ciências humanas procurando entender como elas se formaram e levando em consideração a relação entre os saberes, formando uma rede conceitual que visa permitir um domínio sobre os outros saberes. Assim ela procura responder como surgem os saberes e como eles mudam. O segundo, por sua vez, procura entender o motivo de domínio de um saber sobre o outro, quais motivos exteriores tornaram possível esse domínio. Através dessas análises, o saber é situado como peça das relações de poder ou os colocando num dispositivo político, que Foucault vai chamar de genealogia (SOUZA, 2006, p. 19-20).

Aqui entra a semelhança com o poder, pois ele também vai procurar acompanhar as transformações das relações de poder ao invés de colocar definições na busca pela verdade, pois como ele pensa, o poder não tem uma natureza, essência, origem, unidade, mas é heterogeneidade em constante transformação (SOUZA, 2006, p. 20).

Sendo relação de força, o poder vai ter manifestação em todas as práticas sociais e por isso mesmo vai passar a ser analisado na sua microfísica e não como algo incorporado ao Estado. Analisado pela microfísica, ele vai passar a ser mostrado como molecular e algo que se manifesta nos aparelhos centrais e periférico, envolvendo toda a estrutura social. Por estruturas como Estado, escola, família, religião, mercado, arte e outros, é que o poder se estabiliza como uma linha de força geral (SOUZA, 2006, p. 20).

É necessário explicar que o fato de as instituições terem uma concentração de poder, elas não podem ser consideradas como fonte de poder, nem como essência do mesmo, por ele não ser algo material, mas sendo relações práticas e sociais. E mesmo sendo relações, as transformações que podem acontecer nos níveis mais periféricos, não necessariamente tem ligação com as mudanças que tem origem no Estado (SOUZA, 2006, p. 20).

O método que a genealogia adota para atuação é ativar saberes locais, não-legitimados e confrontar com os saberes dominantes, que procuram ordenar e classificar esses outros, em nome do conhecimento verdadeiro. Pode-se resumir que ele procura uma agitação dos saberes contra os efeitos centralizadores do poder. (SOUZA, 2006, p. 21) Nas palavras do próprio Foucault “A genealogia seria, portanto [...] um empreendimento para libertar da sujeição dos saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.” (FOUCAULT, 2023, p. 269-270).

O método genealógico procura dar um fundamento para todas as genealogias espalhadas e não tentar juntá-las, apenas observar seu crescimento e mostrar o problema em jogo no lugar em que se encontra (SOUZA, 2006, p. 21).

Isso Foucault vai afirmar no capítulo na obra *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2023, p. 268):

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não-legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. As genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anticiências. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligadas à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa.

2.5 Síntese do capítulo

Tendo isso posto, podemos observar que Foucault tem uma grande preocupação com o método pelo qual ele vai utilizar para poder tratar do tema do poder para que se possa abranger

da melhor maneira possível as diversas atuações do poder no decorrer do tempo, além de ser destacado o fato de que Foucault não procura formular uma teoria em que o poder seria colocado como sendo algo material, mas a partir das análises da atuação durante a história e nas instituições políticas, Foucault demonstra que ele se constitui a parte de relações.

Por fim, também se demonstrou a necessária relação existente entre saber e poder, que tem uma ligação profunda no nível de que um não pode existir sem o outro, eles são necessariamente interligados, o saber gera poder e o poder é gerador de saber.

3 AS MUDANÇAS NA INTERPRETAÇÃO DO PODER

Como já foi dito anteriormente, Foucault empreende suas investigações partindo de sua própria época, das lutas do presente e ao observar em seu tempo as manifestações de vários sujeitos e grupos que não aceitam a subjetivação empreendida na modernidade. Observando isso, ele entende que essas manifestações não constituem somente ofensas dispersas, mas uma técnica, uma forma de poder, que ele chama de poder pastoral (COSTA, 2007).

Esse poder irá se formar com o cristianismo tendo por base a tradição hebraica e algumas técnicas da vida da tradição grega, que no monasticismo essas técnicas irão se conjugar para formar a primeira versão do poder pastoral (CASTRO, 2009, p. 328).

A principal característica do poder pastoral é conduzir um grupo de homens para sua salvação, ao mesmo tempo que interioriza em certo modelo através de técnicas precisas, ele é exercido através da autoridade de um pastor que conduz seu rebanho, indicando para onde ele deve andar.

E como vai afirmar João Barros (2020, p. 18) a análise sobre o pastorado cristão tinha a intenção de mostrar que as artes de governar que surgiram na Modernidade, eram uma articulação entre o governo do indivíduo e o governo da população, e assim produziam a subjetividade como nexo.

3.1 Percurso de desenvolvimento do poder pastoral

Como Márcio Costa (2007, p.) afirma sobre o poder pastoral, entre os gregos e romanos, não era comum o uso dessa analogia de pastor, mas em algumas sociedades da Antiguidade, como Egito, Assíria, Babilônia e Judeia, era uma equivalência muito comum. Nessas sociedades, o rei representava uma divindade que conduzia os homens do mesmo modo que um pastor conduz suas ovelhas.

Dentre esses povos, os que mais desenvolveram essa ideia foram os judeus, os quais afirmavam que só Deus era pastor do povo, os profetas eram somente imagem deles. Uma das principais diferenças que encontraremos entre os gregos e judeus reside na ideia de que para os gregos, esse poder é motivo de glória, mas o mesmo não se diz sobre os judeus e cristãos, pois para os mesmos, ser pastor é entendido como uma obrigação aos que eram vocacionados. Os pastores serviam o rebanho de Deus, uma vez que Deus mesmo os chamou para essa tarefa (COSTA, 2007, p.).

A relação do homem grego com a divindade é muito diferente da relação do cristão com seu Deus, pois a experiência religiosa era um domínio muito particular no mundo grego, diferente de todos da vida social, de modo que as esferas do mundo humano e o divino às vezes se confundiam, uma vez que não se tinha uma quebra radical entre ambas as partes (BARROS, 2020, p. 33).

Outra diferenciação importante entre o poder pastoral no tempo helenístico e grego e o pastorado cristão consiste no fato de que o cuidado de si que são utilizados pelos cristãos não visava à emancipação da pessoa conforme ela amadurecia, mas ao contrário, ela foi muito diferente das suas anteriores. Essas distinções são apontadas por Foucault, quando ele assinala em três pontos:

1. o exame de consciência “não é exatamente voluntário” no cristianismo; 2. a direção de consciência “é absolutamente permanente”, e não apenas para circunstâncias ocasionais; e 3. o exame de consciência não tem como fim o domínio de si, mas apenas uma relação de “dependência” completa. (BARROS, 2020, p. 37)

Aqui nós temos presente a oposição entre o pastor e o político, de uma oposição entre uma elaboração judaico-cristã e uma de matriz grega. Enquanto os políticos gregos exercem poder sobre um território e colocam leis que devem durar após seu desaparecimento, o pastor judaico-cristão exerce seu poder sobre um rebanho, reunindo os dispersos, de modo que esteja disposto a dar sua própria vida por suas ovelhas (CASTRO, 2009, p. 328).

Além dessa diferença política, também se tem presente uma diferença na importância da pólis, pois a espiritualidade no período helenístico, que era marcada pela ligação entre o indivíduo e o cosmos, acaba tendo um deslocamento no cristianismo primitivo e começa a significar a exclusão da pólis (BARROS, 2020, p. 37).

Outra distinção que deve ser feita para compreender o poder pastoral reside na distinção entre o poder pastoral cristão e o poder pastoral judeu. Com o advento do cristianismo dentro do judaísmo, surge a distinção no fato de que para o judaísmo sua maior preocupação era com o indivíduo em sua exterioridade, eles visavam conduzi-los para a salvação através do zelo para com o corpo, os gestos, alimentos e lugares. No cristianismo temos um ponto de vista diferente, pois nele temos uma visão de que o cuidado com o corpo é levado em conta na medida em que através dele se possa conhecer a alma, pois é nele que se concentrará o exercício do poder cristão (CASTRO, 2009, p. 328).

A alma, para o cristão é a sede das decisões humanas, lugar da razão, mas também fonte da maldade humana e das impurezas, justamente por isso precisa ser vigiado, compreendido, controlado e disciplinado (CASTRO, 2009, p. 328).

Dito isso, vemos as duas principais linhas, apontadas por Foucault, nas quais se desenvolveram a investigação do pastorado cristão, que consistem primeiramente no cuidado de si grego e no exercício das técnicas de si helenísticas. Essas duas partes eram apropriadas pelo cristianismo e desenvolvido no poder pastoral (BARROS, 2020, p. 36).

3.2 Desenvolvimento e atuação do poder pastoral

As sociedades greco-romanas e as feudais não precisavam trabalhar cada indivíduo, pois a sua organização era em sociedade de grupos, fundadas sobre o status de líder, portanto o discurso e o poder religioso judaico-cristão começaram a se manifestar nas instituições cristãs e a partir delas, promovem uma transformação da sociedade (COSTA, 2007, p. 95).

O desenvolvimento do poder pastoral se deu principalmente com o monasticismo, pois nos monastérios, os monges devem renunciar a si mesmos a fim de obedecer a outro, para então, ter mais poder sobre seu próprio corpo. Ao aceitar esse poder, o fiel interioriza em si, pelas técnicas de controle do corpo e da alma, um certo modelo, que segundo a tradição cristã, é o próprio Jesus (COSTA, 2007, p. 104).

Assim sendo, podemos concluir que a principal prática desse poder é fazer uma hermenêutica sobre si mesmo, de modo que possa se conhecer melhor, se descobrir e então partilhar sua subjetividade para si e para o outro, a fim de se configurar a uma lei, um modelo, que é Deus e uma autoridade, que é a Igreja (COSTA, 2007, p. 105).

De certo modo, podemos perceber que o cristianismo aliou o cuidado de si e o alcance da salvação e acrescentou a renúncia de si, de modo que se possa fazer a comparação de que o que para os helenistas, era uma busca pela sabedoria do cosmos, para os cristãos passou a ser o anseio por se adequar à vontade divina (BARROS, 2020, p. 43).

Para que essa configuração seja possível, duas técnicas eram necessárias, sendo a primeira a confissão, que consiste num modo de profissão da grandeza de Deus e a pequenez do indivíduo diante dele e ele faz isso através da revelação do seu pecado, confiando na graça do perdão divino. A segunda técnica consiste na direção espiritual, que era o modo de se deixar conduzir pelo pastor, acreditando que ele tem conhecimento tanto da natureza humana, quanto dos planos de Deus (COSTA, 2007, p. 103).

O cuidado de si leva ainda outra característica aderida pelo cristianismo, essa por sua vez, vem do período helenístico e que consiste no relato escrito dos pensamentos e atos, que no pensamento cristão se converte no que ele chama de escrita de si. Foi uma prática que era amplamente difundida entre estoicos, pois possibilitava que os discípulos descrevessem situações e sentimentos que incomodassem, enquanto o mestre pudesse se colocar no lugar do discípulo visando boa compreensão dos sentimentos e angústias perante certas situações (BARROS, 2020, p. 41).

No mundo greco-romano o cuidado de si era o jeito como cada indivíduo buscava sua liberdade individual e cultivo das melhores virtudes, através de uma formação livre e autônoma. Quando se passa para o mundo cristão, o cuidado de si que era livre e autônomo, passa a ser visto com maus olhos, pois se busca a adequação à vontade divina (BARROS, 2020, p. 41).

No que consta à composição do cuidado de si, ele abrange várias ações, tanto que as pessoas exercem sobre si, sobre as que ela carrega de si mesma, se modifica, purifica e transforma, fazendo com que o indivíduo consiga construir uma verdade sobre si mesmo, o que ele vai chamar de *ars erotica*, a qual se constitui um método pelo qual se podia exercer um governo sobre a conduta. No mundo antigo, Foucault afirma que essa *ars erotica* unificava a busca pela verdade e a moderação dos prazeres (BARROS, 2020, p. 58-59).

Essa ética cristã foi responsável por uma cisão entre o prazer e o desejo:

uma cisão entre prazer e desejo que fez perdurar uma dupla consequência. Por um lado, o prazer não pode mais ser considerado um elemento que pudesse adquirir um aspecto positivo na atividade sexual, passando a ser identificado com uma falta grave que deveria ser corrigida e evitada constantemente. Por outro lado, o desejo foi considerado automaticamente algo que devia ser extraído por meio do discurso subjetivante. (BARROS, 2020, p. 53)

Esse poder pastoral teve diversas implicações, como apontado por Márcio Costa (2007, p. 100), mas em destaque temos três principais, sendo a primeira o disciplinamento dos estudantes, os quais tinham quatro técnicas básica de disciplina que consistiam no exercício ascético sobre si, o enclausuramento visando o exercício pedagógico, o guia para os estudos e a organização para o aprendizado em sala de aula, separando turmas para execução de determinadas tarefas.

O segundo destaque é a aplicação das técnicas disciplinares nos povos colonizados, tendo como principal destaque os jesuítas. E por fim, o terceiro destaque se dá num outro tipo de colonização das populações sobranceiras e que consistem em controle social e ajustamento de populações como nômades, delinquentes, prostitutas e loucos (COSTA, 2007, p. 100).

Com isso, um erro que se pode cometer é achar que os poderes religiosos e feudais mantinham uma certa união, mas ao contrário, o poder disciplinar religioso criticava o poder feudal, pois por suas técnicas e discursos incentivavam os sujeitos a se libertarem do poder feudal e da soberania e se apossarem da sua individualidade. (COSTA, 2007, p. 97) Eram poderes incompatíveis, pois o poder pastoral levava a uma experiência comunitária, que não condiziam com as condições de vida rural, além de exigir um certo nível de formação cultural (CASTRO, 2009, p. 329).

Apesar dessa incompatibilidade entre os poderes, o poder pastoral voltará a ser vigente na sociedade e será, com o tempo, adaptada ao Estado:

A reforma protestante e a chamada contrarreforma católica, com o fim do feudalismo e o abandono do ideal de um sacro império, determinaram uma reativação desse modelo. A pastoral da confissão e da direção de consciência a partir do século XVI são exemplos mais eloquentes dessa reativação. A tese de Foucault é que as formas de racionalidade do poder, no Estado moderno, são uma apropriação-transformação das práticas do poder pastoral. (CASTRO, 2009, p. 329).

Com a contrarreforma se tem a procura de estender a prática da confissão, principalmente nos países católicos, mas também cresce a importância dada à carne, tanto na sua presença nos pensamentos, quanto nos desejos e em todos os movimentos do corpo e da alma, no geral. Com isso temos presente a conversão da carne à raiz de todo o pecado (CASTRO, 2009, p. 68-69).

Com essa conversão, o exame de consciência e a confissão, vindo junto com toda uma insistência sobre os segredos e a importância da carne não se constituiu um meio só de proibição do sexo ou de afastar ele o máximo possível da consciência, mas um modo de colocar a sexualidade no coração da existência e fazer uma ligação entre a salvação e o domínio dos movimentos obscuros (CASTRO, 2009, p. 69).

Com isso, chega-se a conclusão de que o sexo nas sociedades cristãs constituiu algo que era necessário vigiar, examinar, confessar. Mas com o avanço do tempo, veremos que a construção única que estava presente na Idade Média vai dar lugar a uma variedade de discursos advindos da demografia, biologia, medicina, psiquiatria, psicologia, moral e outros (CASTRO, 2009, p. 70).

A passagem do governo das almas ao governo do corpo não deve ser entendida como um processo de transferência maciça e global, mas um processo muito mais complexo, no qual a apropriação dessas técnicas pelo Estado vem junto com modificações em que os procedimentos do poder pastoral começam a se integrar com as estruturas jurídicas da

estatalidade moderna. Assim sendo, toma forma um poder que é ao mesmo tempo totalizante e individualizante, que exerce o poder sobre todos e sobre cada um (CASTRO, 2023, p128).

Como afirma João Barros (2020, p. 18) a sexualidade tinha uma grande importância na subjetividade, de modo que a biopolítica usava do prazer sexual para produzir a subjetividade. Isso era feito quando a *apátheia cristã* era colocada em prática, aqui sendo entendida como uma recusa permanente dos prazeres da carne, o que permitia aos cristãos agir mediante uma recusa total de si.

A importância dessa recusa total de si vem do fato de que ela dava ao fiel, a chance de ser salvo pelo pastor, que por sua vez construía uma verdade sobre o sujeito, de modo a subjugá-lo e guiar seus passos. A partir desse ponto o governante será visto como servidor que tem maior capacidade de guiar as condutas dos que ele governa, uma vez que ele se mostra como um exemplo da renúncia de si mesmo (BARROS, 2020, p. 18).

Neste cenário temos presente também uma mudança no modo como se vê o cuidado de si, o qual no mundo greco-romano, consiste no jeito como cada indivíduo busca sua liberdade individual e cultivo das virtudes, mas numa formação livre e autônoma. Na ótica cristã no cristianismo primitivo, o cuidado de si livre e autônomo passou a ser visto com maus olhos, pois não se buscava formar uma pessoa valorosa, no sentido cívico, mas antes se buscava a renúncia da liberdade. Essa renúncia tinha como base o conhecimento de si e como finalidade, se adequar à vontade divina (BARROS, 2020, p. 41).

Com as transformações que aconteceram no cristianismo, o cuidado de si também passou por mudanças, passando de um cuidado de si, em que só se via a sua pessoa para um deixar-se cuidar pelos outros, de modo que os cristãos aliaram o cuidado de si com a salvação, com a busca pela verdade (BARROS, 2020, p. 42).

A sexualidade então, se faz importante nesse ponto, pois é através da intervenção nos desejos dos indivíduos que o governo do poder pastoral pode agir pela intervenção na conduta da população ou de indivíduo (BARROS, 2020, p. 18).

Esse papel importante da sexualidade no controle dos indivíduos é afirmado por João Barros:

É neste ponto que o tratamento da sexualidade se torna mais uma vez importante, porque é interferindo nos desejos dos indivíduos que o governo próprio do poder pastoral poderá manejar tanto a vida biológica como a subjetividade de seus comandados. A sexualidade será um ponto de conexão também entre o individual e o coletivo, o ponto sobre o qual o governante poderá agir para interferir na conduta da população ou do indivíduo (BARROS, 2020, p. 19)

3.3 O papel do pastor

O pastorado cristão surge apresentando duas novidades fundamentais, sendo a primeira o fato de que o ensino pastoral tem de ser uma direção da conduta cotidiana, de modo que se tenha uma vigília constante do comportamento das ovelhas de forma integral, assim o pastor formula um saber do comportamento das pessoas e suas condutas, enquanto faz a observação da vida cotidiana (BARROS, 2020, p. 48).

Outra novidade fundamental consiste na caracterização do ensino pastoral através de uma direção de consciência, ficando como trabalho do pastor a direção da consciência das ovelhas e não apenas só ensinar a verdade (BARROS, 2020, p. 48).

O pastor é aquele que recebe de Deus a tarefa de cuidar do rebanho, o guiar e conduzir às pastagens e água fresca (BARROS, 2020, p. 25). Contudo o cuidado para com as ovelhas tem certas incumbências que são atribuídas ao pastor, como

[...] Durante o exercício deste cuidado, o pastor pode chegar a sacrificar uma ovelha em prol do rebanho. Se uma das ovelhas for considerada um foco de pestilência, configurando-se em um risco para todo o rebanho, mediante a contaminação geral do grupo, o pastor está autorizado a afastá-la do grupo ou até mesmo a eliminá-la. Por outro lado, se o rebanho está em perfeita ordem, desfrutando de boa pastagem e água, ou seja, tendo suas necessidades básicas perfeitamente supridas, o pastor pode, se necessário, deixar todo o rebanho para buscar e salvar uma das ovelhas que estiver em perigo iminente. Assim, no que concerne ao governo do rebanho, a mesma importância era conferida ao conjunto e a cada indivíduo. (BARROS, 2020, p. 25)

O pastor é tido então como a figura intermediária entre Deus e o rebanho e tinha que ter sua atenção totalmente dedicada ao grupo de indivíduos que compunham seu rebanho, considerando o conjunto e cada um em específico (BARROS, 2020, p. 32).

Porém o trabalho que tem o pastor pode chegar num nível ainda maior, assumindo uma postura ainda mais extensa, na qual para salvar o rebanho que Deus o confiou, o pastor pode oferecer sua própria vida, renunciando completamente às suas vontades e estar inteiramente inundado por uma forma extrema de ausência de paixões (BARROS, 2020, p. 28).

Apesar dessa tarefa do pastor, seu trabalho não se esgota neste ponto, antes disso ele tinha o dever de expor suas falhas perante seu rebanho, tendo como objetivo ser como exemplo para as ovelhas, de forma que as fraquezas estivessem sempre a serviço do rebanho, na medida em que mostrava sua luta constante para manter o estado de santidade e pureza, de modo a continuar sendo digno ao que fora incumbido por Deus (BARROS, 2020, p. 29).

Isso leva a outro fator importante que é o fato de que, para que o pastor pudesse exercer

bem seu mandato e cuidar de suas ovelhas, ele tinha antes, que ter um cuidado para consigo mesmo. Através do cuidado adequado com o que acontecia no seu interior, por meio da separação entre os bons e maus espíritos (BARROS, 2020, p. 31).

Para que o pastor fosse capaz de exercer seu mandato de maneira devida, era necessário que, antes de cuidar de suas ovelhas, ele cuidasse de si mesmo. Cuidando de sua alma adequadamente, observando atentamente tudo o que se passava em seu interior, discernindo os bons e os maus espíritos e separando e afastando-se do que era impuro, o pastor efetuará um cuidado sobre si mesmo indispensável para seu ministério. (BARROS, 2020, p. 31)

E de tudo isso, o que conferia ao pastor seu lugar era o estatuto de santidade que era dado ao que exercia o poder pastoral, ele tinha uma consideração pelos demais, sendo classificado como uma pessoa que era superior aos que eram dirigidos (BARROS, 2020, p. 29-30).

3.4 A importância do poder pastoral

Para Foucault, o poder pastoral teve grande importância pois foi o primeiro a fazer com que os indivíduos fossem considerados objetos prioritários do exercício de poder, tomando as pessoas como objeto-saber de um saber que teria embasamento na sexualidade. Ou seja, a partir da sexualidade o Estado governamental vai poder interferir nos desejos, comportamento e opinião das pessoas, mais especificamente na produção da verdade sobre elas mesmas (BARROS, 2020, p. 31).

Outra importância está relacionada com a mudança do pastorado cristão para a governamentalidade, principalmente no que tange ao conceito de apatheia, que como já dito anteriormente, diz respeito à renúncia da carne. A mudança no entendimento da apatheia possibilitou adentrar a vida no campo da política, pois a partir do momento em que não se tem o domínio de si mesmo, do seu corpo e seus sofrimentos, a ovelha e o pastor têm toda sua vida colocada sob o domínio político do Estado governamental (BARROS, 2020, p. 31-32 apud FOUCAULT, 2004b. p. 209).

As técnicas de interiorização, a de tomada de consciência, a de se tornar consciente de suas debilidades, principalmente no que diz respeito aos corpos, à sexualidade e à carne, esse é o ponto essencial do cristianismo no que consta na história da sexualidade. Para o cristianismo a carne é o aprisionamento da sexualidade dentro desse sujeito do indivíduo a si mesmo, sendo essa técnica como um primeiro efeito de introdução do poder pastoral na sociedade romana

(CASTRO, 2009, p. 68).

Apesar disso, é necessário ressaltar que independentemente de o cristianismo ter instaurado um tipo de poder que tornava possível o controle do indivíduo por meio da sexualidade, ela mesmo nunca foi um mal absoluto, mas sim foi algo que tinha a necessidade de uma constante vigilância. Por meio dessa problemática da carne é que foi instaurado o poder pastoral sobre os indivíduos (CASTRO, 2009, p. 68).

3.5 A repercussão do poder na modernidade

No campo da política, antes da sociedade moderna, se encontrava vigente o poder soberano, contudo ele tinha certas deficiências com relação ao poder pastoral, por isso aparece uma nova forma de poder, chamada de poder disciplinar, como um modo de suplantar essa deficiência através de efeitos individualizantes, vigilantes. Essa deficiência tinha como uma consequência a invasão do poder pastoral no plano político, fazendo com que o poder pastoral fosse abarcado pela sociedade estatal (FERREIRINHA, 2010, p. 372-373).

Segundo Foucault, o poder soberano era detido e exercido de modo repressivo sobre as pessoas a partir de outro indivíduo, o que fez com que ele se tornasse ineficaz sobre as relações sociais, políticas e econômicas que ficavam cada vez mais complexas. As demonstrações de violência, como a execução de Damiens, não estavam tendo a consequência desejada, que era exibir o poder de rei, para que os outros criminosos fossem desencorajados de praticar crimes, assegurando uma ordem social e política. Ao contrário, esses eventos estavam causando a raiva do povo contra a autoridade do rei (TAYLOR, 2018, p. 12).

Para Foucault, sem tem um deslocamento do poder pastoral para sua existência por meio de uma norma e, com isso, ele deixa de ser um poder centralizado em apenas uma figura e passa a ser espalhado por toda a sociedade através das instituições. E tendo essa nova dinâmica se estabelecido, vemos então se efetivar uma aliança entre a Igreja e o Estado, em benefício dessa nova modalidade de poder, deixando a Igreja responsável de exercer o poder sobre os pobres, doentes e miseráveis que se submetiam a esse novo mecanismo de poder (SOUSA, 2010, p. 23-24).

Com essa nova relação de poder e pensando que o poder é uma estrutura relacional, então o poder tem implicado dentro de si as próprias lutas contra sua atuação, de modo que sempre teremos resistência ao poder, onde tivermos poder em exercício. É também afirmado por Foucault, que o poder não é concentrado em um lugar, mas são pontos transitórios e móveis

que se espalham por toda estrutura social (FOUCAULT, 2023, p. 18).

Foucault vem afirmar que por volta do começo do século XIX tem-se o início do desaparecimento do espetáculo punitivo e conseqüentemente dos suplícios que estavam vigentes até então. Desaparece o corpo esquartejado, amputado, marcado, exposto vivo ou morto e dado como espetáculo. Enfim, desaparece o corpo tido como alvo da repressão penal (FOUCAULT, 2014, p.13).

Fica evidente essa vontade de desaparecimento do suplício com os protestos que começam a aparecer em toda a parte desde metade do século XVIII, então tem-se a necessidade de pensar em outra maneira de punição para que se consiga eliminar essa confrontação física entre o soberano e o condenado (FOUCAULT, 2014, p.73).

Como exemplo da presença do corpo suplicado, nas primeiras páginas da obra *Vigiar e Punir*, de Foucault, tem-se presente o relato do suplício de Damiens, mostrando toda a crueldade presente na punição.

O suplício vai ser definido por Foucault como sendo uma pena corporal dolorosa e mais ou menos atroz, por isso que o suplício tem de produzir uma certa quantidade de sofrimento que não necessariamente se meça, mas que se aprecie. Ele faz uma relação entre o ferimento físico, a qualidade, intensidade, tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso e o nível social das vítimas (FOUCAULT, 2014, p.36-37).

A Idade Média construiu uma grande estratégia de inquérito que compreendia o julgar, estabelecer verdade sobre um crime, determinação de seu autor e aplicação de uma sanção legal (FOUCAULT, 2014, p.23).

No pensamento presente na época, a certeza de ser punido era o que devia desviar o homem do crime, por isso a justiça assume que matar ou ferir não era mais uma glorificação da sua força, mas um elemento inerente a ela e por isso é obrigada a tolerar e que lhe é muito custoso de lhes impor (FOUCAULT, 2014, p.15).

Contudo o suplício não age sozinho, mas faz parte de uma liturgia punitiva que obedece a duas exigências, sendo uma em relação à vítima, que diz que tem de ser marcante no sentido de deixar marcas no corpo, e outra com relação ao lado da justiça, tem de ser ostentoso, ser presenciado por todos como um pouco do seu triunfo (FOUCAULT, 2014, p.37).

Essa nova forma de pensar vai produzir uma nova anatomia política a partir de uma construção gradual a partir de processos de origens diferentes e localizações afastadas que se apoiam uns nos outros, mas se diferenciam no seu campo de aplicação. Exemplos desses campos de atuação são os colégios, escolas primárias, espaços hospitalares, além da

reestruturação da organização militar (FOUCAULT, 2014, p. 136).

Essa reforma que se encontra presente não procura formular um novo direito de punir através de princípios mais equitativos, mas visando o estabelecimento de uma nova “economia” do poder de castigar, garantir melhor distribuição dele, não deixando que ele se concentre em pontos privilegiados, nem fique espalhado demais em instituições que se opõem, mas em circuitos homogêneos que possam se exercer em toda parte continuamente até a menor parte do corpo social (FOUCAULT, 2014, p. 80).

3.6 Síntese do capítulo

Conforme o supracitado, podemos observar como Foucault aborda o desenvolvimento do poder ao longo da história, começando desde as sociedades da Antiguidade, indo para as mudanças da Idade Média, em que o poder pastoral tem grande papel e grande desenvolvimento nos mosteiros, mas que posteriormente passa para as outras instituições da sociedade e se moldando na sociedade moderna para suprir as insuficiências do poder soberano. Com isso surge então o poder disciplinar e as sociedades disciplinares.

4 PODER DISCIPLINAR

O poder disciplinar é fruto das transformações da sociedade burguesa e do deslocamento do poder soberano para o corpo social. Ele surgiu na metade do século XVIII com a intenção do controle da sociedade burguesa nascente. E junto com ele, surgiram também as disciplinas, que foram responsáveis pela articulação de forma harmônica da sociedade (SOUSA, 2010, p. 25).

4.1 Disciplina

No que diz respeito à disciplina, Foucault dedica todo um capítulo do seu livro *Vigiar e Punir: nascimento da prisão (2014)* para tratar deste assunto, de todas as implicações e atuações na sociedade disciplinar. Neste capítulo ele começa relatando como eram vistos os soldados tanto no começo do século XVII, quanto na metade do século XVIII, mostrando que antes era alguém com determinadas características, mas com a descoberta do corpo como objeto e alvo do poder, o soldado passou a ser entendido como alguém que se fabrique, de modo que de uma massa informe e de um corpo inapto, produz-se uma máquina de que se precisa (FOUCAULT, 2014, p. 133-134).

Isso mostra que as disciplinas passaram a ser fórmulas gerais de dominação, mas que se diferenciava de outras formas de dominação que haviam aparecido até então:

[...] Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. Diferentes também da domesticidade, que é uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão, seu “capricho”. Diferentes da vassalagem que é uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que se realiza menos sobre as operações do corpo que sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais de obediência. Diferentes ainda do ascetismo e das “disciplinas” do tipo monástico, que têm por função realizar renúncias mais que um aumento da utilidade e que, implicam obediência a outrem, têm como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo. (FOUCAULT, 2014, p. 135)

O contexto histórico em que a disciplina se encontra é no nascimento da arte do corpo humano, em que se procura não somente o aumento das habilidades, mas também o aprofundamento da sujeição e formação de uma relação que deixa o corpo tão mais obediente quanto útil. Esse novo momento histórico faz com que o ser humano entre numa maquinaria de

poder que o explora, desarticula e recompõe. Se forma uma política de coerções sobre o corpo (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Com isso nasce uma anatomia política que mostra como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros tanto para que façam o que se quer, mas também trabalhem como se quer, através de técnicas que façam com que eles sigam a rapidez e eficácia que se determina (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Vemos então que o objetivo da disciplina é a criação de corpos dóceis, submissos e exercitados e o modo pelo qual a disciplina age para que isso seja possível é aumentando as forças do corpo, visando a utilidade econômica deles e diminuindo a mesma força, pensando na obediência. Essa nova forma de relação faz com que se dissocie o poder do corpo, de modo que faz dele apto e uma capacidade que visa aumentar, ao mesmo tempo se inverte a energia que pode sair como resultado disso, fazendo dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 2014, p. 135-136).

Como características básicas da disciplina nós temos a distribuição dos indivíduos em espaços individualizados, classificatórios e combinatórios, mas como essas relações não dependem do espaço fechado, essa é a característica menos importante. Também se tem presente o controle do tempo, de modo que pela sujeição dos corpos, se procura tirar a máxima produção e máxima eficácia, fazendo com que não se importe somente o resultado, mas todo o processo. Outra característica é uma vigilância contínua, perpétua e permanente dos que são observados, uma vigilância sem limites e que adentra toda a extensão do espaço. Todas essas características são relacionadas, mas se adaptam à necessidade das instituições (FOUCAULT, 2023, p. 22).

Para que todo esse efeito seja exercido sobre os corpos, usam-se técnicas sempre minuciosas e íntimas, mas que têm importância por definirem um modo de investimento político e detalhado sobre o corpo. Age-se em pequenas astúcias com grande capacidade de se difundirem, arranjos minúsculos, que aparentam ser inocentes, mas muito suspeitos (FOUCAULT, 2014, p. 136).

O primeiro modo como a disciplina age na sociedade é por meio da distribuição dos indivíduos no espaço e para que isso seja feito, Foucault vai afirmar que a disciplina também pede o uso da cerca, aqui entendida como um lugar que é heterogêneo e fechado em si mesmo, um lugar livre da monotonia disciplinar (FOUCAULT, 2014, p. 139).

Depois de fazer essa afirmação, Foucault vai exemplificar a arte da distribuição presente na disciplina. Nos colégios, foram colocados os modelos que existiam nos conventos, de modo

que os internatos eram considerados como o regime perfeito de educação. Nos quartéis também se teve presente a distribuição, pois se viram a necessidade de fixar o exército de modo que se conseguisse impedir a violência e acalmar os habitantes. Por fim, se tem a implicação nas fábricas, que são vistas como um convento, fortaleza ou cidade fechada e se torna um lugar em que conforme aumentam a força de produção, torna-se importante tirar dela o maior proveito e o máximo de vantagens, dominando as forças de trabalho (FOUCAULT, 2014, p. 139-140).

Torna-se importante ressaltar que a disciplina, apesar de indispensável, não é constante e nem se torna suficiente sozinha, por isso Foucault afirma que se tem como ajuda o quadriculamento, uma técnica que procura colocar cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar, colocar um indivíduo, evitando formar grupos. Ele procura evitar o desaparecimento descontrolado, coagulação difusa e junção inútil e perigosa (FOUCAULT, 2014, p. 140).

Isso leva a pensar que o importante para essas técnicas é saber onde o indivíduo está, sua presença e ausência, como o encontrar, fundar comunicações úteis e romper as outras. Essas características vão de encontro com as celas dos conventos, um acontecimento arquitetural que age de forma semelhante (FOUCAULT, 2014, p. 141).

Soma-se a essas técnicas a de localizações funcionais, a qual determina os espaços no qual a arquitetura deixava livre e pronto para muitos usos.

Para que se efetue a disciplina usa-se de algumas técnicas para que os corpos se tornem dóceis, sendo elas: a arte das distribuições, o controle de atividade, a organização das gêneses, a composição das forças. O estabelecimento desses lugares diz respeito à satisfação da necessidade de vigiar, romper com comunicações perigosas e criar espaços úteis (FOUCAULT, 2014, p. 141).

Tem-se como característico na disciplina, também a junção e separação de indivíduos na posição da fila, que vai determinar o lugar que alguém pode ocupar nas classificações “A disciplina, arte de dispor em filas, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de localização” (FOUCAULT, 2014, p. 142). Um exemplo dessa característica, Foucault afirma que são as escolas jesuítas, onde se tinha uma organização de divisão, que Foucault vai colocar como sendo um formato de guerra e rivalidade em que o trabalho, a aprendizagem e a classificação eram feitos de forma justa, como a defrontação de dois exércitos de modo que cada um dos alunos participava através da sua função e seu valor de combatente no grupo. Com o tempo, o espaço escolar se desdobra e se tem essa distribuição passando para os outros colégios e gerando um movimento perpétuo em que os indivíduos se

substituem num espaço que se esconde em intervalos alinhados (FOUCAULT, 2014, p. 142-143).

Outro modo importante de atuação da disciplina na sociedade consiste no controle de atividade dos indivíduos por meios como o horário, a elaboração temporal do ato, correlação entre o corpo e os gestos, articulação entre corpo e objeto e utilização exaustiva. O controle dos indivíduos que acontece por meio do horário foi um modelo que tomaram das comunidades monásticas e que tem três grandes processos, que é o de estabelecer censuras, obrigar ocupações determinadas e regulamentar os ciclos de repetições. Logo esse processo foi encontrado presente nas instituições como escolas, oficinas e hospitais, até mesmo nas indústrias, pois seu rigor guardou por muito tempo uma postura religiosa. A ideia que estava por trás de toda essa divisão consiste na construção de um tempo integralmente útil, de modo que em um tempo medido e pago não se encontre impurezas e nem defeitos, apenas um tempo de qualidade em que o corpo fique sempre aplicado no seu exercício (FOUCAULT, 2014, p. 146-147).

Através da elaboração temporal do ato por meio da elaboração de um programa em que o ato é decomposto em seus elementos, se define a posição do corpo, de modo que para cada movimento se define uma direção e duração. Como Foucault vai afirmar “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 148-149).

Um fator importante é a instauração de uma correlação entre corpo e gestos, entendendo que controle disciplinar não é só uma imposição de gestos, mas uma relação entre um gesto e uma atitude do corpo, que consiste na condição de eficácia e rapidez, de modo que se entende que num bom emprego do corpo, se tem um bom emprego do tempo, assim nada fica ocioso ou inútil, mas tudo tem de formar um bom suporte. Vemos que “um corpo bem-disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto” e por isso podemos entender que um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente (FOUCAULT, 2014, p. 149-150).

Também vemos imposto pela disciplina a definição de cada uma das relações que o corpo tem que manter com o objeto que ela manipula e ela faz isso a partir do que Foucault chama de codificação instrumental do corpo, que consiste na decomposição de um gesto global em duas séries, uma de elementos do corpo e outra dos elementos que vão ser manipulados, para correlacioná-las por gesto simples, a fim de poder estabelecer uma ordem canônica, de modo que cada uma das correlações tem um lugar determinado (FOUCAULT, 2014, p. 150).

Outro princípio e que se relaciona com o horário, é o de utilização exaustiva, em que se postula que não se pode perder tempo, uma vez que o mesmo é contado por Deus e pago pelos homens. Com essa ideia, a disciplina procurava tirar sempre mais forças úteis a cada instante

que se passava, levando sempre à exaustão. Foucault vem afirmar que essa técnica era usada na infantaria prussiana, mas depois toda Europa passou a imitar, a partir da decomposição do tempo, quanto mais se decompunha, mais se multiplicava suas subdivisões (FOUCAULT, 2014, p. 151-153).

Foucault destaca como fator importante o método próprio da aprendizagem corporativa, em que se encontra uma relação de dependência individual e total com relação ao mestre, uma relação em que o mestre tem que dar seu saber e o aprendiz tem que trazer seus serviços, ajuda e retribuição. Foucault dá o exemplo da escola de Gobelins como método de aprendizagem em que se tem um ensino organizado pela divisão do tempo, nela temos o desenvolvimento de uma nova técnica de apropriação do tempo de existências singulares. Nesse contexto, Foucault vem dizer da importância de as disciplinas, que têm o papel de analisar os espaços, também possam ser entendidas como aparelhos que adicionam e capitalizam o tempo e fazer isso de quatro maneiras (FOUCAULT, 2014, p. 153).

Primeiramente a disciplina divide a duração em segmentos que sejam sucessivos ou paralelos, para que o tempo se organize em sequências, sejam elas separadas e ajustadas. Depois ela organiza essa sequência num esquema analítico em que a sucessão dos elementos, sejam combinados numa complexidade crescente. Quando se termina esses segmentos estabelecidos, se procura fixar uma prova que visa ver se o indivíduo atingiu o nível esperado, garantir que sua aprendizagem está conforme os outros e diferenciar as capacidades de cada indivíduo. Por fim se determina outras séries a cada um de acordo com seu nível, de modo que a cada término de uma série, se começa outra, o que faz com que se forme ramificações que se dividem, ocasionado num fator em que cada indivíduo se encontra preso numa série temporal (FOUCAULT, 2014, p. 153-159).

Nesse estabelecer de séries sucessivas aparece a possibilidade de um controle mais certo e de uma intervenção mais específica a cada momento do tempo, isso faz com que o poder possa se articular diretamente sobre o tempo, realizando o controle dele e garantindo sua utilização (FOUCAULT, 2014, p. 159).

Foucault passa então para mais uma característica da disciplina, que consiste na composição das forças buscando um aparelho eficiente. Para que isso seja possível vemos uma mudança na visão do indivíduo para um simples elemento que pode ser movido, reposicionado e articulado com outros. O corpo se constitui como uma peça da uma máquina multissegmentar (FOUCAULT, 2014, p. 160-162).

Para ajudar nessa segmentação temos a combinação de várias séries cronológicas a fim de formar um tempo composto e, para isso se ajusta o tempo de uns com o tempo de outros e se consegue extrair ao máximo as forças de cada um, combinando num ótimo resultado. Segundo a teoria de Foucault, não se tem um só momento da vida em que não se possa tirar forças, desde que se tenha conhecimento de diferenciá-las e combiná-las com outras (FOUCAULT, 2014, p. 162).

Tendo isso em vista, Foucault vai afirmar que é necessário um sistema de comando muito rigoroso, para que se tenha sempre o comportamento adequado e para isso temos o mestre de disciplina que tem uma relação com os que são sujeitos a ele, de sinalização (FOUCAULT, 2014, p. 163).

Posto tudo isso, Foucault vem afirmar que a disciplina produz quatro tipos de individualidade: “é celular (pelo jogo de repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição da força). E, para tanto, utiliza de quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas”.” (FOUCAULT, 2014, p. 164-165).

4.2 Controle dos corpos dos indivíduos

O poder disciplinar, como já mencionado, procura adestrar o indivíduo para o retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele procura ligar as forças para poder multiplicá-las e usá-las de todas as maneiras. Ele é um poder que consegue adestrar as multidões confusas, os corpos inúteis e as forças para a variedade de elementos individuais, por isso se pode dizer que a disciplina fabrica indivíduos, uma vez que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de exercício (FOUCAULT, 2014, p. 167).

Para Foucault o sucesso do poder disciplinar é decorrente do uso de instrumentos simples, como olhar hierárquico, sanção normalizadora e uma combinação de procedimentos que ele chama de exame.

Quando falamos de vigilância hierárquica, ela se faz necessária pois ao exercer a disciplina, se faz necessário um jogo de olhar e para isso, uma arquitetura que permita um controle interior, articulado e detalhado, se faz necessária (FOUCAULT, 2014, p. 169).

A partir dessa questão as instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionava como microscópio do comportamento, de modo que as divisões

analíticas fizeram com que se formasse ao redor do homem um aparelho de observação, registro e treinamento. Esse aparelho de observação, para que fosse perfeito, Foucault afirma que teria que por um único olhar, ver tudo permanentemente; mas para que isso seja feito, tem-se que decompor as instâncias do dispositivo disciplinar, a fim de aumentar a função produtora e deixar a vigilância mais específica, tornando-a funcional (FOUCAULT, 2014, p. 170-171).

Foucault afirma que essa vigilância hierarquizada de modo contínuo e funcional não foi inventado no século XVIII, mas sua grande extensão é decorrente da importância das novas mecânicas de poder. Graças a ela, o poder disciplinar pode virar um sistema interligado com o interior, com a economia e aos fins do dispositivo onde é exercido (FOUCAULT, 2014, p. 173).

Quando analisa os sistemas disciplinares, Foucault afirma que todos funcionam com um pequeno mecanismo penal, o que faz com que aquilo que a disciplina coloca sobre o corpo, possa ser considerado como uma “infrapenalidade” e ela funciona nas mais diversas instituições disciplinares como oficina, escola, exército. Pode também ser utilizada toda uma série de processos tênues que variam desde castigos físicos a leve privações e a pequenas humilhações, o que faz com que se possa dar função punitiva para os elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar (FOUCAULT, 2014, p. 175).

Contudo é preciso ter em mente que a punição da disciplina é específica dela, que se mostra como apenas um modo reduzido do tribunal. Isso faz com que os castigos da disciplina respeitem duas ordens, sendo a primeira uma ordem artificial que é colocada por uma lei, programa ou regulamento e a outra uma ordem que segue os processos naturais e observáveis, com a duração de um aprendizado, o tempo que demora um determinado exercício, o nível de competência requerido. Com isso dizemos que a punição no regime disciplinar admite uma dupla referência jurídico-natural (FOUCAULT, 2014, p. 176).

Também é dever do castigo disciplinar a redução dos desvios, fazendo com que ele se constitua como sendo essencialmente corretivo. Um exemplo é que das punições que ele pega dos modelos judiciários, ele dá lugar privilegiado para as que tem carácter de exercício, como aprendizado intensificado, multiplicado e muitas vezes repetido. Essa punição se assemelha à obrigação, o que faz com que o efeito que se espera dela passe pela expiação e pelo arrependimento. Isso faz com que se possa entender a correção como obtida pela mecânica do castigo e se possa afirmar que castigar é exercitar (FOUCAULT, 2014, p. 177).

Nesse procedimento, a punição é um elemento que tem um sistema duplo: gratificação-sanção. É esse sistema que opera na correção, permitindo certas operações da penalidade disciplinar, como qualificação de comportamentos e desempenhos partindo dos valores de bem

e mal, hierarquizando os indivíduos entre bons e maus. A ideia que se tem com essa divisão é a de possibilitar a marcação de desvios, hierarquização das qualidades, competências e aptidões, e também castigar e recompensar. A recompensa que ela pode oferecer é somente a promoção que permite hierarquia e lugares e a punição é feita rebaixando e degradando (FOUCAULT, 2014, p. 178).

Como vai afirmar Foucault, a arte de punir dentro do regime de poder disciplinar, não procura nem expiação e nem repressão, mas coloca em funcionamento cinco operações, que são: 1. relacionar atos, desempenhos e comportamentos singulares e um conjunto, que é lugar de comparação e espaço de diferenciação. 2 diferenciar os indivíduos uns dos outros em função dessa regra de conjunto. 3 hierarquizar de modo valorativo as capacidade, o nível e a natureza dos indivíduos. 4 por meio dessa medida quer fazer funcionar a imposição de uma conformidade a se realizar. 5 estabelecer um limite que vai definir a diferença em relação a todas as diferenças (FOUCAULT, 2014, p. 179).

Com isso Foucault define que a penalidade perpétua que atravessa todas as instituições e controla todos os instantes, normaliza. Pode-se ver que o poder de regulamentação obriga a todos à homogeneidade ao mesmo tempo que individualiza e isso faz com que seja possível medir desvios, determinar níveis, fixar especialidades e deixar as diferenças úteis, ajustando umas às outras (FOUCAULT, 2014, p. 179-181).

4.3 Panoptismo

Como vai afirmar Edgar Castro (2023, p. 89), com o novo dispositivo punitivo se tem como objetivo não somente o corpo, mas também a vida do indivíduo, ele atinge o corpo por meio da alma. Para isso Foucault não pensa somente em instituições fechadas como um cárcere, mas numa cidade punitiva e para que isso se concretize, ele propõe uma sociedade panóptica, que seria baseada nos ideais de Jeremy Bentham.

O panóptico definido por Bentham define o princípio geral dessa nova dinâmica de poder que está presente nas sociedades de normalização disciplinar (CASTRO, 2023, p. 89) e ele pode ser descrito como:

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; ela tem duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a sala de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz pode-se perceber da torre,

recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. [...] (FOUCAULT, 2014, p. 194).

Foucault vai afirmar que o dispositivo do panóptico organiza unidades espaciais que possibilitam a visão sem parar e reconhecer imediatamente, pois a partir da luz e olhar de um vigia, através das sombras eles captam melhor os movimentos e isso faz da visibilidade, uma armadilha (FOUCAULT, 2014, p. 194).

Todo esse sistema tem como consequência primeira evitar massas compactas e fervilhantes que se encontravam em lugares de encarceramento. Esse modelo deixa cada um bem trancado em sua cela, lugar de onde são vistos pelo vigia e impedidos de se comunicarem com quem está ao lado, pelos muros laterais. Esse modo permite que o indivíduo seja visto, mas não veja e seja sempre objeto de uma informação e nunca um sujeito de comunicação (FOUCAULT, 2014, p. 194).

Segundo Foucault, aí se encontra o efeito mais importante do Panóptico, que consiste na indução do detendo para um estado em que ele esteja consciente e permanentemente vigiado, pois isso assegura o funcionamento automático do poder, fazendo com que a vigilância permaneça em seus efeitos, mesmo que não se vigie constantemente. Nisso ele concorda com Bentham de que o poder deveria ser visível, pois constantemente o detento tem que ver a silhueta da torre central, e inverificável, uma vez que o detento nunca pode saber se está ou não, sendo observado, mas tem sempre que ter a certeza de que sim (FOUCAULT, 2014, p. 195).

Esse método de Bentham procura dissociar o par ver e ser visto, pois do anel periférico se é totalmente visto e nunca pode ver, mas na torre pode-se ver tudo, ao passo que nunca se é visto. Isso é importante pois ao mesmo tempo que automatiza, ele tira a individualidade do poder, o que torna o panóptico, uma ótima máquina que por meio dos desejos mais diversos, consegue fabricar efeitos homogêneos de poder (FOUCAULT, 2014, p. 195-196).

O orgulho de Bentham com relação ao seu método, consiste na leveza das instituições panópticas, pois se tem fim das grades e correntes, somente se tem separações evidentes e aberturas bem-distribuídas. Juntamente com essa facilidade física, se encontra a psicológica, pois quem se submete a um campo de visibilidade e sabe desse fato, sempre retoma sozinho, as limitações do poder fazendo-as funcionar do modo espontâneo sobre si mesmo. Assim sendo, o indivíduo inscreve sobre si mesmo uma relação em que desempenha o papel de se tornar princípio da sua própria sujeição (FOUCAULT, 2014, p. 196).

Portanto, através do Panóptico, podemos modificar comportamentos, treinar indivíduos, fazer experiência com remédios e observar seus efeitos, além de tentar várias punições nos prisioneiros partindo de seus crimes e temperamentos, e achar o de maior eficácia. É um lugar privilegiado para fazer experiências com homens e analisar as transformações que acontecem com eles. Como Foucault vai afirmar, ele “funciona como uma espécie de laboratório de poder” que ganha na eficácia e capacidade de penetrar o comportamento dos homens (FOUCAULT, 2014, p. 196-197).

Em resumo, Foucault vem afirmar que o Panóptico tem que ser entendido como um modelo de funcionamento generalizado, um modo de definir relações de poder na vida cotidiana dos homens e que não pode estar ligada a um uso específico, pois tem muitas aplicações. Todas as vezes que se referir a um grupo de indivíduos que se deseja impor uma tarefa.

4.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo se tem presente uma descrição do poder na modernidade, que é o poder disciplinar. Nele se tem presente as técnicas disciplinares e como elas atuam sobre o corpo para criar pessoas dóceis e produtivas à influência e atuação do poder através das instituições.

Além disso também temos presente a descrição de um método em que Foucault vai afirmar ser muito conveniente para as sociedades e para atuação do poder disciplinar enquanto produtor de individualidades, que é o Panóptico.

5 CONCLUSÃO

Partindo do que foi escrito por Foucault em suas obras, o presente trabalho procurou oferecer o panorama geral sobre o conceito de poder presente na filosofia de Michel Foucault e reunindo o que ele coloca como sendo aplicações do poder na sociedade, uma vez que ele não coloca explicitamente nenhuma definição sobre o que é o poder, mas faz isso a partir da sua atuação. Isso mostra que Foucault não estava preocupado com conceituações, mas com a aplicação desse elemento.

A ausência de uma definição do conceito de poder se relaciona com o modelo filosófico que ele mesmo inaugura, que consiste na presença de um filósofo preocupado com os assuntos mais relevantes e que se envolve com eles, e por isso, a partir do que acontecia ao seu redor, ele vai desenvolver sua teoria do poder e outros temas que ele trata.

No primeiro capítulo foi abordado uma conceituação mais geral do poder, onde se abordou o poder tanto no aspecto positivo como no negativo, a relação entre poder e economia, além da presença da resistência onde há poder. Passou também pelas atuações do poder, afirmando que ele atua nos diferentes níveis da sociedade, gerando individualidade e mostrou a relação que o poder tem com o saber, que segundo Foucault é uma relação forte no sentido de o saber sustentar o sistema de poder. Por fim, é tratado sobre o método que Foucault usa nos seus trabalhos, que é a genealogia, uma forma de investigação que Foucault pega da filosofia de Nietzsche e que o ajuda a desenvolver sua teoria.

No segundo capítulo foi traçado um panorama sobre a presença do poder na sociedade, tal como Foucault faz em suas obras, mas dando ênfase principalmente no poder pastoral, que teve seu maior desenvolvimento com o monasticismo, e no poder disciplinar, que é o poder vigente na sociedade moderna. No poder pastoral se tem como característica marcante tanto o conhecer a si mesmo, que implica na prática da confissão e da direção espiritual, quanto a recusa de si.

Foucault vem afirmar que sua importância reside no fato de o poder pastoral ser o primeiro que fez com que os indivíduos fossem considerados os objetos prioritários do poder. Na modernidade temos o poder soberano deficiente com relação ao poder pastoral e por isso surge a disciplina como uma compensação para essa deficiência e para isso foi necessário que o poder pastoral fosse transferido como uma norma, deixando de ser centralizado numa figura e fosse espalhado por toda sociedade por meio das instituições.

No terceiro capítulo temos presente a descrição sobre o poder disciplinar que é o poder vigente na modernidade e que age por meio das disciplinas, as quais pretendem transformar os corpos em dóceis, submissos e exercitados, para que a disciplina consiga agir no corpo, transformando-o. Dessa maneira, ela aumenta a força para utilidade econômica e diminui para evitar que esses corpos se rebelem, assim, mantendo a obediência.

Também foram tratados no terceiro capítulo, os meios pelos quais a disciplina age para que isso seja possível e esses meios constituem a distribuição dos indivíduos em espaços individualizados, classificatórios e combinatórios, além do controle do tempo, da vigilância contínua.

Como um modelo onde tudo isso vai funcionar, Foucault vai propor o Panóptico de Jeremy Bentham como um lugar que não procura atingir mais o corpo e sim a alma do indivíduo e para que isso se concretize, ele usa a organização espacial do lugar para que a pessoa tenha sempre a impressão de ser constantemente vigiada. Essa impressão faz com que a vigilância seja constante mesmo que não esteja de fato, daí sua importância, pois por meio dos desejos mais distintos, se tira efeitos homogêneos do poder.

A grande conquista desse método de análise vem do fato de que o Panóptico pode passar desde as modificações de comportamentos, até o treinamento de indivíduos, treinamento de punições e achar o modo mais eficaz. Foucault mesmo diz que esse método funciona como um laboratório de poder.

Passando por isso tudo, esse trabalho visou oferecer um panorama geral sobre como Foucault entende o poder, a partir das suas atuações nos diversos setores da sociedade, além de mostrar como esse poder se desenvolveu na história até a modernidade. É um trabalho importante para mostrar como o poder atua na nossa sociedade e como ele tem impacto nos vários âmbitos, desde as menores instituições e mais simples, das relações entre as pessoas, até as instituições maiores e mais complexas como o Estado.

REFERÊNCIAS

Livros

BARROS II, João R. **Poder pastoral e cuidado de si em Foucault**. Foz do Iguaçu: EDULINA, 2020

CASTRO, Edgar. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023

_____. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 16º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

TAYLOR, Dianna (org.). **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018

Artigos

BRÍGIDO, E. I. Michel Foucault: Uma Análise do Poder. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 4, n. 1, p. 56–75, 1 jan. 2013.

CASTELO BRANCO, G. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, v. 24, p. 237–248, 2001.

COSTA, Marcio José de Araújo. “Uma Analítica do Poder Pastoral – A emergência das disciplinas em Michel Foucault”. **Mnemosine** 3, nº 1 (30 de julho de 2007). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41306>.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes. RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de administração pública**. 2010

NORBERTO, Marcelo. Sartre, Foucault e a crise da filosofia. em **Filosofia contemporânea: Deleuze, Guattari e Foucault** / Organização de Marcelo Carvalho, Vinicius Figueiredo. São Paulo: ANPOF, 2013. p. 173-182.

SILVA, J. P. D. Poder e direito em Foucault: relendo vigiar e punir 40 anos depois. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 97, p. 139–171, abr. 2016.

SOUSA, Noelma Cavalcante de. MENESES, Antonio Basílio Novaes Thomaz de. O poder disciplinar: uma leitura de vigiar e punir. **SABERES**. Natal, RN, V. 1, n. 4, jun. 2010.

SOUZA, E. M. D. et al. A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 36, p. 13–25, mar. 2006.

STIVAL, M. L. Governo e Poder em Foucault. **Trans/Form/Ação**, v. 39, p. 107–126, dez. 2016.

Sites

PUC-CAMPINAS. **Projetos de extensão**. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/projetos-de-extensao/>. Acesso em: 19 mar. 2024.